

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
 Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
 2000

1.ª FASE
 2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

COTAÇÕES E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A INDICAÇÃO DO NÚMERO DE LINHAS/PALAVRAS VISA APENAS ORIENTAR O ALUNO RELATIVAMENTE AO GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA, PELO QUE NÃO SE PROPÕE QUALQUER PENALIZAÇÃO PARA O NÃO CUMPRIMENTO DESSA INDICAÇÃO.

GRUPO I

Questões 1. e 2.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Rigor da análise	10 pontos
Coerência lógica do discurso	7 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	4 pontos
Correcção da expressão escrita	4 pontos
TOTAL	<u>25 pontos</u>
TOTAL das Questões 1. e 2. (2 × 25) =	50 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A **mera transcrição** de frases do texto implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Questão 3.

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Adequação dos conhecimentos mobilizados	35 pontos
Coerência lógica do discurso	15 pontos
Utilização precisa da terminologia filosófica	10 pontos
Correcção da expressão escrita	10 pontos
TOTAL da Questão 3. (1 × 70) =	<u>70 pontos</u>
TOTAL DO GRUPO I	120 pontos

- A **inadequação** da resposta à questão formulada implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Se a resposta **não manifestar** conhecimento da obra, a pontuação será de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/C/1

GRUPO I

Tópicos de conteúdo

O MESTRE, S. Agostinho

1. A função da locução é apenas a de ajudar a contemplar a totalidade, a partir de uma interrogação sobre as partes que a constituem.
As palavras do mestre exterior não são de ensino, mas de inquirição.
2. As coisas são manifestadas ao sujeito por intuição – «descobrimo-lhas Deus interiormente». A aprendizagem da verdade não depende do ensino do mestre exterior. A aceitação, como verdadeira, de uma afirmação depende do conhecimento anterior: perante uma afirmação do mestre exterior, a reacção é diferente (da simples descrença até à aceitação como verdade absoluta).
3. O conhecimento da verdade exige a intuição. A palavra tem uma função meramente auxiliar do processo de ensino.
Distinção entre o mestre exterior – usa as palavras para ensinar – e o mestre interior – faz-se ouvir interiormente e ilumina o intelecto (de um modo racional, inteligível).
Falta de eficácia no ensino do mestre exterior; limitação das palavras como causa eficiente do conhecimento das coisas.
O mestre interior como causa do conhecimento – intuição das coisas mesmas.

PROSLOGION, S. Anselmo

1. Algumas coisas não convêm ao sujeito, nem este as deve fazer (por exemplo, mentir, fazer com que o que foi feito não tenha sido feito, e outras coisas semelhantes).
Ao poder aquilo que não deve ou que não lhe convém, o sujeito fica dominado pela adversidade e pela perversidade.
Quem pode essas coisas pode-o, não por potência própria, mas porque a sua impotência permite que algo diferente de si tenha poder sobre si.
2. Omnipotência não significa poder fazer todas as coisas.
Omnipotência significa fazer apenas o que convém ao ser e o que ele deve fazer.
Só Deus pode ter o atributo de onipotente.
3. A demonstração da existência de Deus e a explicitação dos seus atributos.
Superação de contradições no que respeita às relações entre potência e impotência.
Limites da razão humana na compreensão da realidade de Deus.

O SER E A ESSÊNCIA, S. Tomás de Aquino

1. «(...) a dínase dá existência à matéria».
A dínase, enquanto dínase, não depende da matéria:
– não pode existir matéria sem dínase;
– pode existir alguma dínase sem matéria.
As dínases muito afastadas do Princípio Primeiro só têm existência na matéria.
As dínases mais próximas do Princípio Primeiro são subsistentes por si mesmas, sem necessidade de existirem na matéria.

2. Essência dos seres corporais (materiais):
 - abrange a dínase e a matéria, pode significar-se como um todo ou como uma parte;
 - multiplica-se segundo a divisão da matéria (uma espécie, vários seres materiais).Essência dos seres espirituais:
 - simples dínase, não possui matéria, só pode significar-se como um todo;
 - não possui multiplicação (uma espécie, um ser espiritual).
3. Objectivo da obra: mostrar de que modo a essência existe nos vários seres.
Relação lógica/ontologia.
Hierarquia dos vários seres (do mais ínfimo até Deus).

REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, S. Boaventura

1. A arte mecânica tem como único objectivo a produção de objectos artificiais.
Apresenta os seguintes aspectos: produção – arte no trabalhar –, efeito – qualidade do efeito produzido pela arte –, fruto – utilidade do fruto obtido pela dita arte.
Nela se podem contemplar: a geração e a encarnação do Verbo; a norma de viver; a união de Deus e da alma.
2. O efeito da arte mecânica deriva, por semelhança, do projecto existente na mente do artífice. O desejável seria produzir um efeito que, por essa semelhança, pudesse conhecer o seu autor. Comparação entre criatura (efeito) e criador (Artífice supremo):
 - as criaturas são semelhantes ao criador – dotadas de razão de vestígio e de razão de imagem;
 - as limitações das criaturas racionais (pecado) dificultam o seu conhecimento do Criador;
 - a encarnação é a mediação para o conhecimento, pelas criaturas racionais, do supremo Artífice (Pai).
3. As luzes do conhecimento como emanações da luz suprema.
Paralelo entre os vários conhecimentos e a criação divina.
Recondução das várias ciências à Teologia.

PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes

1. O sujeito cognoscente parte das ideias inatas e não da realidade exterior; encontra a ideia de um Ser cujos atributos intrínsecos levam a concluir necessariamente pela sua existência.
2. As ideias inatas são noções que estão «em si» (no pensamento); são claras e distintas; estabelecem relações indubitáveis.
Exemplos:
 - a ideia de Deus garante a existência do objecto por ela representado;
 - as ideias matemáticas (caso do triângulo) não garantem a existência dos objectos por elas representados.
3. Demonstração da existência de Deus pela análise da ideia inata de Deus.
Deus, garante da verdade:
 - a intuição e a luz natural;
 - o estatuto ontológico e gnosiológico da ideia de Deus;
 - liberdade e erro.

V.S.F.F.

114/C/3

CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke

1. Em matéria de salvação, a autoridade deriva apenas da relação da consciência do indivíduo com Deus:
 - persuasão interior de agradar a Deus;
 - crença nos ritos herdados dos seus pais, enquanto garantia de salvação eterna.
2. A causa da intolerância religiosa é o fanatismo «aliado ao desejo de dominar». A religião e a salvação das almas são pretextos para «a rapina e a ambição». A identificação do poder político com o religioso facilita e fomenta a violação dos direitos civis.
3. Separação entre a Igreja e o Estado.
 - Delimitação dos poderes dos magistrados civis.
 - Deveres da Igreja em relação à tolerância.
 - Legitimidade das diferentes confissões religiosas.
 - Fundamento da tolerância na defesa da liberdade e da paz.

DISCURSO DE METAFÍSICA, G. F. Leibniz

1. As formas substanciais não inteligentes:
 - não perecendo inteiramente, podem converter-se noutras;
 - exprimem o universo com pouca clareza;
 - não tendo poder de reflexão, não se conhecem;
 - não podendo conhecer-se, não têm qualidade moral.
2. A pessoa possui:
 - reflexão capacitante para o autoconhecimento;
 - personalidade moral merecedora de sanções;
 - recordação do passado, que permanece, apesar da alteração das circunstâncias.
3. Deus e as substâncias.
 - Comunicação entre as substâncias e entre a alma e o corpo.
 - Princípio da harmonia preestabelecida.
 - Eternidade e memória.
 - Unidade harmónica do universo – a união dos espíritos com Deus.

FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant

1. A razão não encontra contentamento numa vida entregue ao gozo e à felicidade. O balanço das vantagens do uso da razão (invenção das artes do luxo vulgar e das ciências) mostra que é maior a fadiga do que a felicidade que daí advém: a razão não traz vantagens, no que toca à felicidade e ao contentamento da vida.
2. A razão tem outro destino, que não a felicidade, ao qual se deve subordinar. Como faculdade prática, o seu destino será produzir uma vontade boa em si mesma e não apenas boa como meio, vontade essa que terá que ser o bem supremo e a condição de tudo, incluindo a da aspiração à felicidade.
3. A procura de um fundamento incondicional da moral.
 - O homem como ser racional.
 - A moralidade como fim da razão prática: supremo bem e não felicidade.
 - A natureza universal e necessária da lei moral. Apriorismo e formalismo éticos.

GRUPO II

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Plano prévio – estrutura e adequação	8 pontos
Mobilização de conhecimentos*	20 pontos
Posicionamento crítico/problematizador**	20 pontos
Coerência lógica do discurso.....	20 pontos
Correcção da expressão escrita	12 pontos
TOTAL	(1 × 80) = 80 pontos
TOTAL DO GRUPO II	80 pontos

- Se o aluno não identificar a obra e não **resultar óbvio** do seu texto a que obra se está a referir, ou se escolher um par obra-tema diferente dos indicados, a pontuação será de 0 (zero) pontos.
- A **inadequação da resposta** à questão implica uma pontuação de 0 (zero) pontos.

Dado o objectivo deste grupo, os tópicos a seguir apresentados são meras sugestões.

Serão de aceitar respostas diversificadas, desde que se reportem a **um dos pares obra-tema indicados na prova** e revelem uma selecção adequada dos conhecimentos da obra e um posicionamento crítico.

* Desdobrável em:

- selecção correcta dos conhecimentos para desenvolver o tema escolhido;
- utilização precisa da terminologia filosófica.

** A resposta deve reflectir uma apropriação pessoal dos conhecimentos, apresentando uma apreciação do modo como o tema foi tratado pelo autor na obra.

V.S.F.F.

114/C/5

Tópicos de conteúdo

DA NATUREZA, Parménides

TEMA: O ser e o devir

Só há duas vias para pensar: «que é», «que não é».

Confusão comum aos mortais entre o ser e o não ser – crenças baseadas nas informações dos sentidos.

Via da verdade, do «que é»:

- a razão mostra que o ser é ingénito, incorruptível, indivisível, imóvel e imutável, completo (consequências da afirmação do ser) – realidade, verdade;
- à luz da razão não há devir.

Via da pura aparência, do que «não é» – necessidade do afastamento desta segunda via – a sensibilidade mostra a mudança, a alternância ser/não ser – a aparência.

O ser (verdade) é «o que não é», o que não pode ser (nem ser pensado ou dito), e «o que é»; não pode não ser.

Carácter erróneo da explicação da origem do cosmos a partir dos contrários. Negação dos contrários.

Só o ser é – verdade, realidade. O devir não é negado, mas considerado irracional, aparente.

GÓRGIAS, Platão

TEMA: Retórica e verdade

A retórica é uma actividade empírica e não uma arte, porque não tem um fundamento racional.

A retórica não é arte dos discursos, especialmente políticos, mas simulacro de uma parte da arte política – a justiça.

Produz a persuasão que gera a crença, não o saber sobre o justo e o injusto.

Visa a adulação; está ao serviço do poder. Permanece indiferente perante o saber e os valores.

Distinção entre crença e saber:

- a crença é falível, pode ser verdadeira ou falsa;
- o saber (a verdade) é infalível;
- exigência de um método racional na procura do saber.

O orador não possui a verdade, reconhece a impossibilidade de a alcançar, mas isso é-lhe indiferente. Em alternativa à verdade, procura o sucesso e o poder dele decorrente.

Em oposição ao orador, o filósofo está comprometido com a busca da verdade.

FÉDON, Platão

TEMA: Estatuto gnosiológico da razão e dos sentidos

Oposição da alma (razão) ao corpo (sentidos).

Distinção entre as coisas «visíveis» – captáveis pelos sentidos, sujeitas ao devir, múltiplas – e as Formas «invisíveis» – não captáveis pelos sentidos, imutáveis, unas e idênticas a si mesmas.

Crítica ao sensível como meio de acesso ao saber (o corpo é um obstáculo, quando se associa à alma na busca da sabedoria):

- o corpo serve-se dos sentidos para captar a aparência sensível; os sentidos só podem mostrar o movimento, a mudança, a multiplicidade, a aparência, a opinião;
- a alma, a razão, através do exercício, alcança o inteligível; capta o imutável, o idêntico a si mesmo, o uno, a autêntica realidade; atinge a sabedoria.

Aprender é recordar aquilo que a alma contemplou antes de encarnar no corpo humano – reminiscência.

Reconhecimento do papel dos sentidos apenas no despertar da reminiscência.

Diferença entre a igualdade sensível e a igualdade em si como base da explicação do conhecimento verdadeiro – só há saber, conhecimento verdadeiro, daquilo que é eterno, imutável, idêntico a si mesmo, universal.

A razão como meio de alcançar a verdade:

- o raciocínio como mediação, em vida, para a contemplação da verdade – formas/ideias/realidade em si;
- a dialéctica como método.

CATEGORIAS, Aristóteles

TEMA: As palavras e as coisas

Distinção entre:

- coisas sinónimas (mesmo nome, mesma definição);
- coisas homónimas (mesmo nome, definição diferente);
- coisas parónimas (o nome de uma coisa resulta do nome de outra, com uma alteração na terminação da palavra).

As noções de sinonímia, homonímia e paronímia revelam a correspondência entre as relações ontológicas de predicação e inerência e certas propriedades da linguagem.

Negação do estatuto ontológico aos universais: os universais são algo comum a muitas coisas (predicados de todas elas), precisam de uma substância individual (sujeito) para existirem.

Primazia da substância primeira.

A linguagem, ao nomear os universais de forma substantiva, está na origem da ideia ilusória de que os universais constituem uma realidade individual e autónoma.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel

TEMA: Filosofia e liberdade

Na filosofia está o pensamento universal como o conteúdo do que é o ser todo.

A filosofia começa «onde o universal é apreendido como aquilo que é, que tudo abarca, onde aquilo que é é apreendido de modo universal, onde surge o pensar do pensar»: o pensar tem de ser para si, vir à existência na sua liberdade, arrancar-se da sujeição do natural e entrar em si como livre – exigência de uma consciência da liberdade.

Conexão entre a liberdade política e a liberdade do pensamento: na história, a filosofia só aparece onde e na medida em que se criam constituições livres.

Pensar, no sentido de trazer algo à forma da universalidade, contém o elemento da liberdade prática: o povo onde a filosofia se iniciou (e se produz) tem de ter a consciência da liberdade, liberdade real, liberdade política.

O indivíduo sabe-se para si como indivíduo, como universal, como essencial, alcança a consciência da personalidade – livre pensar do objecto absoluto, universal, essencial, onde está contido o elemento da liberdade prática.

A filosofia, como pensar, é resultado, tem como ponto de partida o natural que ela nega, ao produzir-se.

V.S.F.F.

114/C/7

A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho

TEMA: Saudade e conhecimento intelectual

A saudade é parte da vida emocional, é uma das maneiras de a ipseidade de cada um responder ao que o rodeia; a interpretação saudosista da existência apresenta características específicas – acontecimento individual – que a opõem à consciência teórica, à impessoalidade do racionalismo.

A saudade implica uma atitude valorativa (valorização do passado, em detrimento do presente) e afectiva; as manifestações puramente físicas estão ausentes da saudade.

A consciência saudosa, como uma vivência da experiência concreta, não é suficiente como fundamento de uma explicação metafísica da realidade; porém, a completa explicação da realidade não pode deixar de ter em conta a consciência saudosa.

A saudade pode ser um dado fundamental para uma interpretação metafísica da existência, se entendermos filosofia como interpretação qualitativa.

Exigência de um método adequado ao estudo da saudade – análise fenomenológica.

DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger

TEMA: Filosofia e verdade

Distinção entre senso comum e filosofia:

- o senso comum faz apelo ao carácter não questionável do ente revelado;
- a filosofia põe em questão, é discordante.

O pensar filosófico não recusa o velamento do ente no seu todo, mas é, ao mesmo tempo, o conceber que mantém a abertura à manifestação do ser do ente.

Importância do pensamento de Kant na metafísica ocidental:

- o reconhecimento de que a filosofia chega a uma questão que não se detém no ente, mas não pode admitir nenhuma autoridade exterior;
- o despertar de um novo questionamento sobre a essência da verdade.

Não deverá ser a questão da essência da verdade, simultaneamente e primeiro que tudo, a questão da verdade da essência?

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur

TEMA: A relação explicar-compreender

Crítica da hermenêutica romântica por opor dicotomicamente a explicação à compreensão.

A teoria da interpretação como proposta para ultrapassar a dicotomia de ciências da natureza e ciências do espírito (Dilthey):

- a interpretação dos textos mobiliza quer processos de explicação, como a análise estrutural, quer processos de compreensão;
- correspondência entre a dialéctica do discurso (evento – significação) e a dialéctica da interpretação (explicação-compreensão).

O arco hermenêutico – unidade do processo hermenêutico e diversidade dos seus momentos:

- 1.º momento – da conjectura (compreensão inicial) à validação (explicação);
- 2.º momento – da explicação à compreensão (apropriação do sentido).

A explicação como momento necessário, mas não suficiente, do processo interpretativo, como mediação entre dois momentos de compreensão. A compreensão como uma apropriação pessoal do sentido do texto (finalidade de toda a hermenêutica), validada pela explicação, abre em direcção ao mundo, ao ontológico.

A interpretação como manifestação da complementaridade e da indissociabilidade da abordagem objectiva (explicação) do texto e da apropriação subjectiva (compreensão).

ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty

TEMA: Relação do filósofo com os outros

As relações do filósofo com os outros e com a vida são difíceis.

A situação do filósofo moderno como funcionário e escritor, absorvido pelo sistema, circunscrito a um universo acadêmico e a uma filosofia livresca, não interroga os homens e isso «facilita» as relações.

Recurso ao exemplo de Sócrates que (mesmo para os filósofos-escritores) se mantém como um modelo para reencontrar a função integral do filósofo. Sócrates não escreve, não ensina, mas está comprometido com a vida da *polis*.

A condenação de Sócrates mostra que a dificuldade das relações do filósofo com os outros não é a revolta, a desobediência, mas a diferente maneira de estar e fazer o mesmo que os outros fazem.

O que incomoda no filósofo é:

- querer interpretar, dar sentido, não concordar sem apresentar considerações – querer ver;
- a ironia, a consciência de que não sabe mais do que os outros, mas sabe que não há saber absoluto.

A rejeição do filósofo na contemporaneidade manifesta-se na substituição da procura, característica da filosofia, pelo refúgio numa tradição.

OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell

TEMA: Estatuto dos sentidos

Distinção entre conhecimento de coisas (objectos, segundo os dados dos sentidos) e de verdades (juízos, classificáveis como verdadeiros ou falsos).

Valorização do conhecimento das coisas através dos sentidos: só temos conhecimento dos objectos físicos da nossa experiência através dos dados dos sentidos e das sensações correspondentes, em presença de um objecto físico – trato directo (conhecimento íntimo ou conhecença) através dos dados dos sentidos. A existência dos dados dos sentidos é indubitável, mas estes dão-nos a forma aparente das coisas, não a sua forma real.

Os sentidos proporcionam diferentes perspectivas do mesmo objecto, mas não podem responder à questão de saber qual das perspectivas corresponde ao objecto real. Conhecer um objecto através dos sentidos não é o mesmo que identificá-lo.

Não é possível o conhecimento da verdade da coisa: apenas conhecemos uma descrição que convém ao objecto.

A memória e a introspecção como extensões do conhecimento-de-trato.

Todo o conhecimento, conhecimento de coisas e de verdades, se fundamenta no conhecimento-de-trato.

A verdade dos princípios *a priori* está relacionada com a experiência.

V.S.F.F.

114/C/9

TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental

TEMA: Liberdade e necessidade

Liberdade como espontaneidade plenamente realizada e consciente.

Caracterização do espírito pela espontaneidade e consciência.

A necessidade, inerente ao determinismo, como impeditiva tanto do acaso como da providência, bem como da iniciativa interna de todos os seres.

Distinção entre a «determinação» da vontade – possui um fim em vista que é ela mesma – e a necessidade mecanicista – determinística.

Limitação do conceito de necessidade para a explicação da realidade: o determinismo tem um papel positivo no domínio do conhecimento científico, mas desconhece as causas profundas – mesmo os fenómenos mais rudimentares apresentam alguma espontaneidade (o ser determina-se a si mesmo livremente).

A liberdade está presente em todos os seres (embora em graus diferentes).

A necessidade, subjacente ao determinismo, origina a lei racional que regula o mundo: a evolução como caminhar em direcção à liberdade – fim imanente a que todos os seres aspiram.

A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche

TEMA: Homem teórico e artista trágico

O homem teórico, simbolizado por Sócrates, está na base da cultura moderna:

- sobrevaloriza as faculdades intelectuais e as exigências lógicas – crença na universalidade das categorias da razão – identificação de virtude, saber e felicidade – optimismo teórico;
- manifesta ausência de sentido místico e repudia o instinto;
- produz a ciência, a ópera (uma caricatura da arte), a crítica da arte – é o homem abstracto, incapaz de ser artista;
- submete-se ao princípio da individuação e da causalidade, capta apenas a aparência; a ilusão apolínea (transformada em esquematismo lógico) esconde-lhe a autêntica realidade.

O artista trágico deixa-se seduzir pela força da vida:

- substitui a ciência socrática pela sabedoria dionisíaca;
- vive uma vida plena e completa – ultrapassa o princípio da individuação e a aparência apolínea;
- capta a verdadeira essência da realidade e «faz-nos pressentir a mais elevada e primordial fruição artística no seio do Uno Primordial»; consolação metafísica – justificação estética da existência.

DA CERTEZA, L. Wittgenstein

TEMA: Dúvida e cepticismo

O cepticismo surge como possibilidade, devido à contingência da linguagem.

Contingência da linguagem como sinónimo de não existência de um vocabulário definitivo: as proposições empíricas de qualquer jogo de linguagem podem deixar de ser indubitáveis com as circunstâncias.

A dúvida aparece sempre tendo como referência implícita a crença (a criação de uma imagem do mundo e a prática de um jogo de linguagem implicam a ausência de dúvida).

O cepticismo pressupõe como legítima a procura de fundamentos fora do contexto de uso.

O acto linguístico realiza-se sempre num contexto: não existe o imediatamente dado.

A contingência da linguagem não obriga à dúvida no domínio da linguagem: mesmo que a dúvida seja possível, isso não quer dizer que seja necessária.

Distinção entre cepticismo, que interroga a partir de fundamentos absolutos, e dúvida, que se pode introduzir no contexto de um jogo de linguagem.

Carácter parcelar da dúvida: não se duvida de tudo ao mesmo tempo.